

## A Bioética – um saber transdisciplinar?\*

José Henrique Silveira de Brito\*\*

No ano 2000, num texto titulado «Da moral à ética e às éticas», Paul Ricoeur, reconhecendo que os especialistas não se entendem sobre o sentido a dar aos termos ética e moral, considera ser necessário dispor dos dois e propõe utilizá-los do seguinte modo:

«o conceito de moral para o termo fixo de referência e de lhe atribuir uma dupla função, a de designar, por um lado, a região das normas, dito de outro modo dos princípios do permitido e do proibido, por outro lado, o sentimento da obrigação enquanto face subjectiva da relação de um sujeito a essas normas».<sup>1</sup>

Com o termo “ética” Ricoeur aponta em duas direcções; «a ética anterior apontando para o enraizamento das normas na vida e no desejo, a ética posterior visando inserir as normas nas situações concretas».<sup>2</sup> À ética anterior chama-lhe «ética fundamental».<sup>3</sup>

Estas distinções ricoeurianas são geralmente aceites pelos especialistas da filosofia moral: por um lado, a vida moral é vivida em obediência a um conjunto de valores, princípios e normas que regem a vida de uma comunidade, condição de possibilidade da vida em comum, e perante o qual o sujeito moral tem o sentimento de obrigação em lhe obedecer.<sup>4</sup> A este nível, julgar da moralidade do agir é verificar se ele está ou não conforme os valores morais, a norma moral, os princípios morais que regem

---

\* Conferência pronunciada na sessão de abertura do II Congresso de Bioética subordinado ao tema *Paradigmas bioéticos e dilemas emergentes*, levado a efeito pelo Centro de Bioética e Enfermagem da Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias em colaboração com as Santas Casas da Misericórdia de Portugal, que decorreu em Lisboa de 10 a 13 de Março de 2009. Está publicado na revista *Brotéria. Cristianismo e Cultura*. 169(2009), pp. 669-676.

\*\* Professor de Ética na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, em Braga.

<sup>1</sup> RICOEUR, Paul – «De la morale à l'éthique et aux éthiques», pp. 55-56.

<sup>2</sup> *Idem*, p. 56.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 58.

<sup>4</sup> Sobre a questão da comunidade ética, cf. OLIVETTI, Marco – «Le problème de la communauté éthique». *Qu'est-ce que l'homme?* Bruxelles: Facultés Universitaires de Saint Louis, 1982, pp. 324-343 e CORTINA, Adela - *Alianza y contrato. Política, ética y religión*. Madrid: Editorial Trotta, 2001, pp. 103-113. Sobre a situação contemporânea em que há uma civilização universal e a necessidade, impossível de satisfazer, de uma comunidade ética universal, cf. VAZ, Henrique C. de Lima – *Escritos de Filosofia*. III. *Filosofia e Cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 1997, pp. 139-151

a vida individual e da comunidade. Está-se num primeiro nível em que se procuram esses valores, princípios e regras. Por outro lado, há um segundo nível que é aquele em que se procura a justificação ou fundamentação desses valores, princípios e normas. Está-se então perante uma reflexão mais profunda que normalmente se designa com o termo “ética”. É a distinção feita por José Luis Aranguren entre moral vivida e moral pensada.<sup>5</sup> Quanto à existência deste dois níveis de reflexão, há acordo entre os filósofos da moral. Na utilização dos termos para os designar é que o acordo desaparece, embora a distinção apresentada por Ricoeur seja bastante partilhada.

O segundo nível, designado pelo termo ética, ganhou enorme importância a partir do Renascimento e, em especial, a partir do século XVIII, quando se verificou a desvinculação entre moral e religião. Antes, devido à homogeneidade cultural, em que a crença em Deus era generalizada e a prática religiosa comum, o conhecimento das normas e valores morais era ministrado pela religião e a justificação última dos valores e normas estava em Deus. Com a laicização generalizada do espaço público, a questão da fundamentação da moral, as questões teóricas da justificação da moral, passaram para primeiro plano, não havendo grande debate sobre valores e normas que deviam reger a vida pessoal e da comunidade. As normas do agir moral continuavam a ser as de origem religiosa, uma vez que a homogeneidade cultural era bastante acentuada, de modo que a sociedade vivia uma moral tradicional que respondia às situações com que o sujeito moral se deparava, até porque tinham sido essas situações que tinham originado essas mesmas normas morais. Aquilo que Ricoeur designa por ética posterior não era problema, isto é, a vivência em concreto das normas morais não suscitava dificuldades, ou pelo menos não era algo que se apresentasse como altamente problemático. A evolução dos costumes era lenta e as respostas às questões que surgiam eram facilmente encontradas na moral tradicional. Toda a discussão andava em torno da justificação dessas normas. Com a laicização do espaço público, de que já falámos, e com o recuo de Deus, havia que procurar uma fundamentação que a Modernidade encontrou no ser humano: no sentimento, em David Hume, e na razão, em Kant. Os filósofos da moral preocupavam-se de sobremaneira com questões de “Ética Fundamental”.

---

<sup>5</sup> Para este autor, a moral filosófica parte da vida, da vida moral, que não foi inventada pelos filósofos, mas que faz parte da vida de cada homem enquanto homem; a ética é uma «moral pensada» que parte da «moral vivida». Cf. ARANGUREN, José Luis L. – *Ética*, p. 10

Tudo se modificou, contudo, a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-45). O conhecimento do que se passou em muitos campos de concentração, em que foram utilizados prisioneiros para experiências ditas científicas sem o mínimo respeito pela dignidade das pessoas, a descoberta de experiências feitas com populações sem autonomia ou sem lhes ter sido pedido um consentimento informado e o impacto da tecnociência na medicina levantaram problemas a que a ética tradicional não conseguia responder, tornando-se necessário elaborar éticas aplicadas, de modo a encontrar respostas para situações que, pela sua novidade, escapavam totalmente à “vida habitual” e, conseqüentemente, à moral comum. Foi esta a razão do surgimento da Bioética.

Antes de desenvolver a questão da Bioética como ética aplicada e o seu carácter transdisciplinar, manda a verdade histórica que se diga que em certas tradições da filosofia moral, como a tomista, muito antes do aparecimento das éticas aplicadas como hoje as entendemos, encontramos, para além da Ética Fundamental, as chamadas “Éticas Especiais” que tentavam encontrar respostas tão concretas quanto possível para problemas morais como os que apareciam na vida económica e social. Joseph de Finance, por exemplo, no seu clássico tratado *Éthique Générale*, sublinha que é bastante universal a distinção entre Ética Geral e Ética Especial, considerando esta uma aplicação aos diversos ramos do agir humano dos princípios daquela<sup>6</sup>. Mas como uma leitura atenta do texto do autor mostra, as razões do aparecimento das éticas especiais não é idênticas às que motivaram o aparecimento das modernas éticas aplicadas. Na tradição a que pertence De Finance, as éticas especiais visavam a aplicação dos princípios gerais da ética geral a situações e actividades determinadas. Hoje, diferentemente, o que leva à elaboração das éticas aplicadas são, por um lado, o impacto da tecnociência no nascer, viver, morrer humanos e a inter-dependência de todos os seres vivos e, por outro, as profundas alterações sócio-culturais que se verificaram. Isto significa que os motivos do aparecimento das éticas aplicadas contemporâneas e o modo de as elaborar, são muito diferentes dos referidos por De Finance.

Ao ouvir o termo Bioética ocorrem imediatamente os nomes de Van Rensselaer Potter e André Hellegers e a discussão sobre a criação do termo. Contudo, a investigação histórica recente veio mostrar que o termo Bioética surgiu pela primeira

---

<sup>6</sup> DE FINANCE, Joseph - *Éthique Générale*. Roma: Presses de l'Université Grégorienne, 1967, p. 25.

vez na Alemanha, no fim da década de 20 do século passado, no título de um artigo da revista *Kosmos*<sup>7</sup>, escrito por Fritz Jahr, que, traduzido para português, daria: «Bio-Ética. Um panorama sobre as relações do homem com animais e plantas». Deve, porém, reconhecer-se que o termo utilizado pela primeira vez em 1927, num sentido que reaparecerá com Potter, caiu em desuso e só reaparecerá em 1971, como os estudos mostram, num «"nascimento bilocado" ("bilocated birth", na expressão de Reich): a dupla via da bioética global (cujo expoente máximo foi V. R. Potter) e da bioética clínica (iniciada por A. Hellegers)»<sup>8</sup>. A primeira como saber que combina os conhecimentos biológicos com o conhecimento dos sistemas de valores humanos, e a segunda, dando uma maior atenção às questões biomédicas e a adopção da tradição filosófica e teológica do Ocidente, dando origem a um ramo da ética aplicada ao reino da biomedicina<sup>9</sup>.

O aparecimento da bioética, tal como a entendemos, verificou-se, com o dissemos, nos anos setenta e ficou a dever-se a condições sócio-culturais, ao contexto científico-técnico da biomedicina, ao contexto filosófico em que se praticava a reflexão ética e ao contexto teológico, temas que não vamos desenvolver<sup>10</sup>. Relativamente ao primeiro aspecto, condições sócio-culturais, as movimentações sociais em torno dos movimentos cívicos, com a valorização e defesa da igualdade e da autonomia do cidadão, tiveram consequências, por exemplo, no paradigma que deve prevalecer na relação médico-doente, passando-se do paternalista para a defesa de uma relação de igualdade, em que o doente deve participar nas decisões que lhe dizem respeito. Relativamente ao segundo aspecto, o contexto científico-técnico da biomedicina, para ficarmos apenas por estes dois elementos que muito influência tiveram no aparecimento

---

<sup>7</sup> Cf. JHAR Fritz - «Bio-Ethik. Eine Umschau uber die ethischen Beziehungen des Menschen zu Tier und Pflanze». *Kosmos*. 24 (1927), pp. 2-4.

<sup>8</sup> MARTÍNEZ, Julio L. - «De la Ética a la Bioética». BRITO, José Henrique Silveira de (Coord.) - *Do Início ao Fim da Vida*. Actas das Primeiras Jornadas de Bioética. Funchal, 18 e 19 Março 2005. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia UCP, 2005, pp. 183. Para além deste texto, pode consultar-se NEVES, M. Patrão - «A teorização da bioética». PATRÃO NEVES, Maria do Céu (Coord.) - *Comissões de ética. Das bases teóricas à actividade quotidiana*. 2ª ed. rev. e aum. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2002, pp. 37-63. No que se refere à bioética no espaço anglo-saxónico, JONSEN, Albert R. - *The Birth of Bioethics*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1998, principalmente o 1º capítulo.

<sup>9</sup> Cf. FERRER, Jorge José; ÁLVAREZ, Juan Carlos - *Para fundamentar la bioética. Teorías y paradigmas teóricos en la bioética contemporánea*. Madrid: Universidad Pontificia de Comillas/ Desclée De Brouwer, 2003, pp. 60-65.

<sup>10</sup> Sobre tudo isto cf., para além do livro já referido de Jonsen, FERRER, Jorge José; ÁLVAREZ, Juan Carlos - *Para fundamentar la bioética*, pp. 59-82; MARTÍNEZ, Julio L. - «De la Ética a la Bioética», pp. 183-217 e NEVES, M. Patrão - «A teorização da bioética», pp. 37-63.

da bioética, tenha-se presente o impacto da tecno-ciência na prática da medicina. Lembremos apenas situações vividas tais como quando apareceram as máquinas de hemodiálise e se tornou necessário fazer a selecção dos doentes a serem tratados por esta nova técnica, a necessidade de estabelecer critérios mais rigorosos de morte, a possibilidade dos transplantes e, de um modo particular em termos de impacto público, o aparecimento da procriação medicamente assistida.

A Bioética surgiu porque a ética médica tradicional não era capaz de responder aos novos desafios. A acção médica não podia manter-se na sua dimensão técnica; tornava-se necessário atender à dimensão social. Isso obrigou a colocar a bioética «em zonas de intercepção de vários saberes, nomeadamente das tecnociências (sobretudo a biologia e a medicina), das Humanidades (filosofia, ética, teologia, psicologia, antropologia), ciências sociais (economia, politologia, sociologia, impacto social) e doutras disciplinas como o direito», como diz Luis Archer<sup>11</sup>. Isto significa que a Bioética não é um somatório de discursos paralelos, ou um mero confronto interdisciplinar. Trata-se, antes, de um diálogo pluridisciplinar em que, para voltarmos ao texto há pouco citado, «os cientistas têm que integrar na sua estrutura mental os valores e os critérios dos humanistas, assim como estes têm que incorporar, nos seus paradigmas, os métodos e critérios científicos»<sup>12</sup>. O discurso dos cientistas e o dos filósofos são diferentes, é verdade, mas visam a mesma realidade concreta, pelo que, para um entendimento global dessa realidade, os dois são indispensáveis. É por isto que «a bioética não é propriamente uma disciplina, mas uma transdisciplina», nas palavras de Luís Archer<sup>13</sup>. Falando das éticas das profissões, Augusto Hortal, numa expressão feliz, afirma que é indispensável que elas pratiquem um bilinguismo<sup>14</sup>, a linguagem da profissão e a linguagem da ética. Partindo desta inspiração, pensamos que a bioética, porque saber transdisciplinar, exige dos seus cultores serem políglotas, o que é, simultaneamente, a sua riqueza e a sua grande dificuldade. Os seus cultores que vêm da área das ciências dominam na perfeição o discurso científico, mas muitos deles nunca estudaram a fundo humanidades, em especial Filosofia; por sua vez os cultores das

---

<sup>11</sup> ARCHER, Luís; BISCAIA, Jorge; OSSWALD, Walter (Coord.) - *Bioética*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1996, p. 25.

<sup>12</sup> *Idem*, p. 25.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 25.

<sup>14</sup> HORTAL ALONSO, Augusto - *Ética general de las profesiones*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 2002, p. 13.

Humanidades dominam a sua tradição, mas sabem muito pouco ou nada de ciências. Estamos muito longe dos tempos de Descartes ou Pascal em que a distinção letras e ciências ainda não tinha acontecido e em que os homens de cultura, como os dois nomes citados, eram, simultaneamente, grandes filósofos e grandes cientistas.

Esta transdisciplinaridade pretende respeitar a autonomia dos saberes, respeitando os seus respectivos objectos e método, linguagens, objectivos e conclusões, «mas procurando respeitar a sua complementaridade na busca de respostas consensuais para a defesa da dignidade da pessoa humana», citando de novo Luís Archer<sup>15</sup>.

Esta transdisciplinaridade, característica incontornável da Bioética, faz-se numa sociedade pluralista, em que convivem vários códigos morais, várias antropologias filosóficas, diversas concepções acerca do valor da vida e da morte, sendo esse pluralismo tão profundo que muitos somos levados a admitir que a nossa sociedade é radicalmente relativista, posição que, em nosso entender, uma reflexão séria levará a descobrir que é insustentável. Embora este pluralismo esteja na raiz de muitos dos problemas da Bioética, ele nunca poderá ser negado pois que essa negação desvirtuaria a Bioética em cujos consensos todos devem participar.

Este diálogo transdisciplinar a fazer numa sociedade pluralista em ordem a atingir o consenso é, efectivamente, muito difícil. Para haver um diálogo transdisciplinar é indispensável que todos participem, e isto não é fácil na nossa sociedade. Ele exige que todos possam participar na discussão de parte inteira, e isso não acontece. Os grupos de pressão, as centrais de informação, os interesses instalados, o modo como é manipulada a informação tornam difícil o verdadeiro diálogo democrático. Quando os temas são polémicos, sugere-se que politicamente sejam resolvidos em referendo, mas muitas vezes, quando se chega ao debate que antecede o escrutínio, já a opinião pública foi preparada para o resultado que interessa a quem detém o poder. Estas observações colocam o problema da deliberação e do consenso, este último tantas vezes trabalhado pelo Professor Michel Renaud que, partindo da sua

---

<sup>15</sup> ARCHER, Luís; BISCAIA, Jorge; OSSWALD, Walter (Coord.) - *Bioética*, p. 25.

reflexão filosófica de grande profundidade e da sua experiência de diálogo no CNECV desde a sua constituição, bem sabe as questões que o consenso suscita<sup>16</sup>.

Não queria, contudo, terminar esta minha conferência sem chamar a atenção para um dos maiores risco que a Bioética corre na actualidade. O consenso é antecedido pela deliberação e isto, transposto para a discussão bioética, traduziu-se, muitas vezes, na constituição dos chamados comités de ética de que a *National Commission* que entre 1974 e 1978 produziu o *Belmont Report* é o modelo.

A deliberação e o diálogo fizeram com que a ética contemporânea se encontrasse com a linguagem, como tema e meio de reflexão, não só na sua dimensão sintáctica e semântica, mas também pragmática, isto é atendendo aos sujeitos que fazem uso dela. Este modo de encarar a linguagem implica a sua não redução a um mero sistema de signos e regras, mas a reconhecer a acção comunicativa e, com ela, redescobrir o carácter dialógico da razão humana. Isto significa que o diálogo visa alcançar a verdade, não se caindo nas perspectivas naturalistas ou subjectivistas. É este o contexto em que funciona, ou pelo menos devia funcionar, a discussão bioética e, conseqüentemente, os comités de ética. Isto significa, para lembrar Karl Otto Apel, que o comité de bioética não é uma “comunidade ideal de comunicação”, mas uma “comunidade real”. Estamos perante um diálogo que levará a um consenso prático e não racional, que é suportado pelo melhor argumento, e não por uma demonstração de tipo matemático. Mais, nas palavras de Julio Martínez, «acreditar na tarefa do comité de ética supõe acreditar na racionalidade prática, na participação dos implicados no processo de deliberação racional e na prudência como modos de tomar decisões morais».<sup>17</sup> Mas, como o autor sublinha logo de seguida, este diálogo corre um perigo para o qual é importantíssimo estar de sobreaviso: pensar a liberdade de expressão como se ela não devesse visar «a tarefa filosófica por excelência da ética que é a procura da verdade»<sup>18</sup>. É esse o principal risco da bioética liberal que se fica por um não cognitivismo, por um emotivismo, em que o sentir é o critério de decisão, sem ter em conta o pensar racional.

---

<sup>16</sup> Cf., por exemplo, RENAUD, Michel - «Liberdade e consenso» *Cadernos de Bioética*. 12(2004), nº 36, pp. 39-45

<sup>17</sup> MARTÍNEZ, Julio L. - «De la Ética a la Bioética». BRITO, José Henrique Silveira de (Coord.) - *Do Início ao Fim da Vida*. Actas das Primeiras Jornadas de Bioética. Funchal, 18 e 19 Março 2005. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia UCP, 2005, p. 204. Para toda esta parte da conferência este texto de é muito elucidativo.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

Para evitar esta situação, há que ter bem presente que este diálogo, o processo de deliberação, tem que começar para atender aos factos; os erros a este nível são sempre fatais para as decisões éticas; há que deliberar sobre os factos. Mas no diálogo, não há que atender apenas aos factos, porque a deliberação deve também atender aos valores em presença: não há actos humanos moralmente neutros, há sempre valores morais na situação. Contrariamente ao que muitas vezes se ouve, não há um relativismo absoluto dos valores porque, se todos os valores valessem o mesmo, nada valeria coisa nenhuma. Há que ver os valores em presença, ver as suas hierarquizações possíveis e, a partir da aí, imaginar os diversos cursos de acção possíveis, isto é os deveres. Aqui, há que dar particular atenção ao lugar da prudência, isto é, procurar encontrar o meio-termo nos deveres ou cursos de acção, não perdendo de vista que a acção moral visa o melhor bem possível, como já dizia Aristóteles.

Olhando para o que se acaba de expor, é evidente a dificuldade inerente à deliberação, ao diálogo. Mas se não se atender aos factos, aos valores em presença e que os valores não são todos relativos, se a procura de decisão não for presidida pela prudência, nunca se encontrará o melhor caminho possível para a solução dos conflitos.

Para se chegar aqui, para além dos conhecimentos científicos e das ciências sociais em geral, que são o ponto de partida, é indispensável uma formação filosófica séria, necessidade hoje pouco ou nada valorizada por quem, estando no poder, tem a obrigação de valorizar a cultura. Pense-se na contínua valorização da ciência e da tecnologia presente no discurso político e nos órgãos de comunicação social e na desvalorização constante da Filosofia e do seu ensino. O desprezo a que a Filosofia é hoje votada por quem tem o poder não augura nada de bom na deliberação bioética perante casos difíceis.